

Modulo II: Atributos e valores patrimoniais urbano arquitetônico culturais: outros sujeitos, outros lugares



Organização/Coordenação

Tiago Cavalcante Guerra

Autores

Ellen Tais Santana
Elmi El Hage Omar
Peterson Mendes Paulino
Larissa Lucindo Fernandes
Cristiano Silva
Daniel Carlos de Campos
Tiago Cavalcante Guerra

Edição e Revisão

Ellen Tais Santana e Tiago Cavalcante Guerra

Design capa e infográfico

Sara Uliana

Publicação

AAPAH - Associação dos Amigos do Patrimônio Histórico de Guarulhos

Equipe AAPAH

Artur do Valle, Bruno Leite de Carvalho, Carlos Alberto Pereira, Cristiano Silva, Diogo Leite de Carvalho, Elmi El Hage Omar, Ellen Taís Santana, Evanir Penna, Júlio Bueno, Kamila Resende, Larissa Lucindo Fernandes, Lionel Fontanesi, Mário Cabral, Sara da Silva Uliana, Suzy Santos, Peterson Mendes Paulino, Tiago Guerra e Vanessa Freitas Vicente.

Conselho Diretor AAPAH – Biênio 24/26

Peterson Mendes Paulino (Diretor Geral); Larissa Lucindo Fernandes (Diretora Adjunto); Vanessa Freitas Vicente (Diretora administrativa)



1ª Edição, Guarulhos, 2025

38 p: 21x29

ISBN: 978-65-987095-0-1. Museus.

<https://aapah.org.br/>

2025

**Curso Patrimônio Cultural:
Resistências, diversidades e conexões**

**A CONSTRUÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS URBANO-
ARQUITETÔNICO-CULTURAIS: NOVOS SUJEITOS, ESPAÇOS E
AMBIENTES
- MÓDULO II -**

Sumário

Sumário

Introdução	1
Matriz Curricular	3
Procedimentos didático-metodológicos	4
Instrumentos de Avaliação	4
1. Introdução à Patrimônio Cultural – conceitos e aproximações	5
2. Bens culturais tombados em Guarulhos: o que os inventários revelam	10
3. Lugares de memória difícil	15
4. História das Favelas de Guarulhos	19
5. Estudo de caso: casarão José Maurício de Oliveira	21
6. A consolidação da Casa da Candinha como patrimônio histórico de Guarulhos	23
7. Sincretismo cultural e religioso: o catolicismo negro e a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Guarulhos	26
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

Introdução

O segundo módulo do Curso Patrimônio Cultural: Resistências, diversidades e conexões, intitulado “A construção de valores patrimoniais urbano-arquitetônico-culturais: novos sujeitos, espaços e ambientes” propõe a reflexão da questão do patrimônio cultural, examinando como valores e atributos são construídos para que bens materiais e imateriais sejam tombados ou registrados, a partir de óticas diversas em que as disputas e jogos de poder, o surgimento dos lugares de memória difícil, e a permanente presença negra, periférica e indígena interferem diretamente nas escolhas do que será ou não preservado.

Iniciamos a nossa reflexão a partir dos entendimentos sobre o que é Patrimônio Cultural. Olhando para a cidade de Guarulhos e sua inequívoca diversidade cultural e histórica, refletimos sobre a constituição dos processos de lidar com os bens tombados e registrados, promovendo políticas de preservação, promoção e conservação dessas valiosas reminiscências da memória coletiva da cidade. Sendo um processo, ele é eivado de contradições e paradoxos que pretendemos conversar, abordando principalmente o processo de inventário dos bens de Guarulhos.

Entendemos o conceito de Patrimônio Cultural como todos os objetos/bem/lugares que, podendo ser material ou imaterial, determinado grupo reconhece como detentor de um, ou mais, valores atribuídos, seja histórico, arquitetônico, artístico ou ambiental.

É nesse sentido que uma outra importante formulação se soma aos intentos deste módulo do curso. Pensar sobre a questão da memória difícil e seus lugares. Tema relevante, pois, escapamos do lugar comum em se discutir questões estéticas e de contemplação, para tratar da memória em um aspecto estruturante e de permanente disputa, principalmente nas situações de apagamento e esquecimento.

O curso também perpassa a temática da periferia de Guarulhos, reforçando uma leitura contra hegemônica do que normalmente compreendemos como patrimônio ambiental urbano. Em vez de olharmos apenas para os lugares centrais ou centros históricos, voltaremos nosso olhar para os bairros. Ao promover essa perspectiva voltada aos rincões da cidade, propõe-se realizar uma leitura do patrimônio histórico sob a ótica periférica, na qual se justapõem aspectos distintos daqueles tradicionalmente reconhecidos como patrimônio. O que é tempo? O que é belo? O que é histórico?

Chegamos ao meio do curso para, enfim, propor dois estudos de caso: renovar o olhar sobre o restauro do Casarão José Maurício, no centro de Guarulhos, principalmente a partir das lacunas e ausências registradas durante aquele processo, reiterando também que, aparentemente, o restauro foi finalizado, e, por fim, aprofundar nossa análise sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a Casa da Candinha. Na primeira, trataremos do processo de apagamento e embranquecimento que envolveu a demolição do edifício. Já no caso do Sítio Bananal, abordaremos as idas e vindas que marcaram o início do restauro do casarão, atualmente em estado de risco de desabamento.

Por fim, as visitas técnicas a alguns espaços visam dar abrangência e significância às abordagens que serão aprofundadas, principalmente, nas aulas teóricas. Por isso, a ida ao Morro do Nhangussu — importante patrimônio cultural e ambiental da nossa cidade, localizado em um dos bairros mais rurais e verdes da tão cinza e urbanizada Guarulhos —; a visita ao DOI-CODI da Rua Tutóia, espaço em que memórias e traumas tentam convergir para políticas de reparação; e, por fim, a visita integrada entre a cidade de Guarulhos e o bairro da Penha, por meio das suas Igrejas do Rosário dos Homens Pretos.

Nesses passeios contaremos com parceiros importantes como o Núcleo de Memória, entidade comprometida com a defesa da democracia e dos direitos humanos a partir da preservação da memória ligada principalmente a ditadura militar no Brasil, e o Movimento Cultural da Penha e Grupo Ururaí, atuantes hoje na defesa do ameaçado patrimônio cultural do bairro da Penha.

Pretendemos, assim, contribuir com a formação de profissionais e agentes culturais que atuam, ou se preparam para atuar, na preservação e difusão do patrimônio cultural, promovendo o engajamento comunitário e o fortalecimento de políticas culturais democráticas. Além disso, buscamos evidenciar a necessidade de efetivação de políticas públicas de preservação do patrimônio nos níveis municipal, estadual e federal.

Desejamos a você uma excelente jornada de aprendizado e reflexão!



Matriz Curricular

Semana	Data	Componente curricular	Carga Horária	Teórica / Prática
1	26/07/2025	Apresentação. Introdução Patrimônio Cultural Guarulhos Prof. Tiago Cavalcante Guerra Inventário dos Bens Tombados de Guarulhos Prof. Arq. Daniel Carlos Campos	4h	Teórica
2	02/08/2025	Lugares de Memória Difícil Prof. Tiago Cavalcante Guerra Breve História das Favelas de Guarulhos Prof. Peterson Mendes Paulino	4h	Teórica
3	09/08/2025	Roteiro Histórico-Cultural Morro do Nhangussu	5h	Prática
4	16/08/2025	Roteiro Memória Difícil DOI-Codi São Paulo	5h	Prática
5	23/08/2025	Estudo de Caso: Casarão José Maurício	4h	Teórica
6	30/08/2025	Sítio da Candinha Profa. Arq. Larissa Lucindo Fernandes Igreja do Rosário Nossa Senhora dos Homens Pretos Prof. Elmi El Hage Omar	4h	Teórica / Prática
7	06/09/2025	Roteiro Guarulhos-Penha: Igreja do Rosário	6h	Teórica / Prática



Procedimentos didático-metodológicos

O curso está organizado a partir dos seguintes recursos didático-metodológicos:

- Apostila teórica contendo o material de leitura e o planejamento das 9 semanas de curso;
- Aulas expositivas e visitas a Museu, Espaço Cultural e Memorial
- Estudo de Caso
- Material de estudo complementar: vídeos, artigos e outros materiais de referência. (site: aapah.org.br)



Instrumentos de Avaliação

Os instrumentos para a avaliação do envolvimento e desempenho das pessoas participantes serão:

- Frequência de 75%;
- Participação e feedback com autoavaliação.

Espera-se um ambiente respeitoso e dialógico para a realização da formação.



1. Introdução à Patrimônio Cultural – conceitos e aproximações

Tiago Cavalcante Guerra e Ellen Tais Santana

Considera-se “Patrimônio Histórico” tudo aquilo (ou a soma) que possui valor e faz parte da memória e da história de uma família, de um grupo, de uma comunidade, de uma coletividade. Vincula-se a ideia de bens, de propriedade do coletivo e do reconhecimento de valor, pois “o conjunto de elementos naturais ou culturais, materiais ou imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade”. (CHOAY, 2001)

A primeira aproximação do conceito de patrimônio histórico se dá pela proposição do monumento histórico, que, reconhecido por seus valores históricos e artísticos, assume funções memoriais. Isso ocorreu ainda na Revolução Francesa (1789), sob o impacto da destruição de edifícios como consequência dos levantes populares ocorridos no período. Durante o século XIX, a ideia de preservação e de monumentalização adquire novos significados com a atuação dos seguintes personagens:

Viollet-le-Duc (1814-1879) - Restaurador de monumentos francês nascido em Paris, foi um dos responsáveis pelo reconhecimento do gótico como uma das mais importantes etapas da história da arte ocidental. Para le-Duc, a reconstituição dos edifícios procura estabelecer o “modelo ideal” e retornar o edifício a “um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”;

John Ruskin (1819-1900) - Defende um anti-intervencionismo radical onde não se devia tocar nos monumentos antigos, que pertenciam em parte, àqueles que os edificaram e, também, às gerações futuras; principal teórico da preservação do século XIX na Inglaterra – coloca-se radicalmente contra a restauração, apontando a importância que se deve ter com a manutenção constante aos monumentos; defende a autenticidade de edificação; a restauração equivaleria a “ressuscitar os mortos”

Os dois personagens tensionam o debate sobre preservação, conservação e restauro de bens durante o século XIX. A partir do século XX temos as influências das chamadas correntes italianas, preocupadas com o conceito de restauro e em defesa da conservação e reparação, de modo a preservar os valores históricos e artísticos do monumento, baseados nos princípios estabelecidos pelo arquiteto italiano Camillo Boito (1836-1914). Um desses princípios estabeleciam que os complementos aos edifícios devem ser diferentes do original, em material e em forma, evidenciando sua própria época.

Porém, entre os pensadores canônicos sobre patrimônio histórico, Cesare Brandi (1906–1988) é quem tem forte influência nas concepções e práticas de restauro. Para o italiano, é necessário que, no restauro, se façam distinções entre os tempos históricos do bem patrimonial, inclusive demarcando a própria restauração, de modo a facilitar as futuras intervenções — ou seja, o estabelecimento de diretrizes de intervenção.

O conceito de “Patrimônio Histórico” se amplia na contemporaneidade, incorporando a noção de centro histórico e de imaterialidade, mas principalmente adquire novos significados com o estabelecimento das Cartas Patrimoniais, a partir de 1931. O site do IPHAN disponibiliza um resumo dessas cartas, destacando-se as:

- Carta de Atenas - Sociedade das Nações - Outubro de 1931. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus.
- Carta de Veneza - Maio de 1964. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos
- Recomendação Paris - Novembro de 1972. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural
- Declaração do México - 1985. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais.

De um passado associado à monumentalização, no qual o Estado, por meio de seus técnicos, a priori, selecionava os bens indicativos da identidade social, temos hoje a participação da sociedade nas várias esferas de decisão, muitas vezes mobilizada para fazer reivindicações. Isso reflete uma mutação no conceito de patrimônio histórico.

O ato de patrimonializar, enquanto ação política, é condicionado por diversas questões, sobretudo na relação entre Estado e sociedade civil. Nesse sentido, sair dos escritórios e repartições públicas para alcançar as ruas e os movimentos sociais representou um avanço, pois ampliou os significados do bem cultural, assim como suas ressonâncias no contexto em que o bem adquire o emblema de “tombado” ou “registrado”. Nesse debate, que envolve múltiplas dimensões — como o conceito de valor, o olhar da sociedade sobre os bens constituintes de sua identidade e os critérios de seleção —, discutir patrimônio histórico é compreender tanto o funcionamento dos mecanismos decisórios quanto o modo como os sentidos e as memórias associados ao referido bem atravessam a história, gerando atributos que, muitas vezes, dissonam do original.

Para além, trabalha-se hoje com uma noção de Patrimônio Cultural, que é o objeto/bem, material ou imaterial, que determinado grupo reconhece como detentor de um valor atribuído, podendo ser histórico, arquitetônico, afetivo ou ambiental.

LEGISLAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o conceito de patrimônio utilizado oficialmente surgiu com a elaboração, por Mário de Andrade, de um anteprojeto solicitado por Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, que deu origem ao Decreto nº 25, de 1937, responsável pela criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O contexto de criação do SPHAN (atual IPHAN) esteve fortemente vinculado à proposição de uma identidade para a nação brasileira. Até a década de 1960, assiste-se à forte atuação do Estado na definição dos valores e sentidos atribuídos aos bens preservados.

No Brasil, o debate sobre preservação foi inicialmente dominado pelos arquitetos modernistas, entre os quais se destaca Luís Saia, um dos ícones do movimento. O grupo se opunha à arquitetura eclética e via no estilo colonial, abundante nas cidades históricas mineiras e nas igrejas barrocas do Recife e de Salvador, a expressão autêntica da identidade brasileira. Ouro Preto, por exemplo, foi uma das primeiras cidades tombadas como conjunto urbano, registrada no Livro de Tombo das Belas Artes em 1936.

Ao longo dos anos 70 e 80 as políticas de preservação patrimonial foram sendo redefinidas e ampliadas conforme uma mudança de visão internacional. De uma visão monumentalista, o conceito de patrimônio incorpora noções relacionadas ao planejamento e desenvolvimento urbano do país. Essa transição pode ser também dimensionada na organização nas Cartas Patrimoniais, que no Brasil, se converteram em resolução marcadas por influências de sua época.

- Carta de Petrópolis - 1987. 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos
- Carta de Fortaleza - Novembro de 1997. Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção
- Carta de Mar del Plata - Junho de 1997. Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível

A ampliação do escopo resulta na visão mais abrangente que o conceito adquiriu com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 em que se consagrou a ideia de natureza material e imaterial do patrimônio. Amplia-se o conceito de patrimônio histórico, incorporando ao termo Patrimônio Cultural Brasileiro, como lido no art. 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Enfim, o bem material ou imaterial precisa manter uma relação com a comunidade, o grupo, a coletividade e a cidade; caso contrário, pode perder seu significado e valor. É preciso interação, reconhecimento e agregação de valores para que o bem se constitua efetivamente como patrimônio. Quando não há identificação das pessoas com o bem, ele se torna desprovido de significado. É necessário compreender qual é sua importância, quais significados carrega e para quais grupos esse sentido é relevante. Nesse contexto, destaca-se uma importante derivação da nossa formação: a Educação Patrimonial.

GUARULHOS

Nos últimos anos, a cidade avançou em diversos quesitos relacionados à preservação de seu patrimônio histórico. Tanto o poder público quanto a sociedade saíram do estado de inércia com uma série de ações. Apresentamos a seguir um apanhado desses avanços.

Em 2000, através da lei Orgânica, a prefeitura tomba uma série de bens imóveis, os protegendo de ameaças imobiliárias. Em 2004, o patrimônio histórico é incorporado ao Plano Diretor sendo a sua preservação um dos quesitos para o cumprimento da Função social da propriedade e objeto em uma zona especial, no caso a ZPP (Zona de Preservação do Patrimônio). Em outubro de 2009, é criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Guarulhos (CMPHAACMG) com poder deliberativo e consultivo, e tendo a incumbência de promover políticas de valorização e proteção ao patrimônio histórico da cidade.

Ao final da década de 2010 temos a publicação dos Inventários dos Bens Tombados, com as diretrizes de restauro, patologias atualizadas, históricos e plantas atualizadas. No ano de 2022 é publicado o decreto 39552/2022 que regulamenta o registro de Bens Culturais de

Natureza Imaterial, completando assim o rol jurídico de proteção ao patrimônio cultural da cidade.

Apesar desses avanços formais, é importante destacar que os inventários só foram produzidos após uma ação do Ministério Público, que penalizou o município com multa diária diante da omissão prolongada na atualização e sistematização desses registros. Guarulhos ainda carece de uma estrutura institucional específica, como um Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), a exemplo do que existe na capital paulista. A política patrimonial da cidade não conta com planejamento de longo prazo nem com um plano estruturado de gestão, ficando a cargo do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico — composto por membros voluntários a cada biênio — e do Plano Municipal de Cultura a responsabilidade pela condução, intervenção e acompanhamento das ações de preservação.

É observada também uma ação mais organizada da sociedade civil, tendo papel fundamental na criação do Parque Natural Municipal da Cultura Negra – Sítio da Candinha, na implantação do Geoparque Ciclo do Ouro, nas ações de proteção a Festa da Carpição de Bonsucesso e na ação para o tombamento e registro de novos bens.

DESAFIOS NA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM GUARULHOS.

A proteção do patrimônio cultural em Guarulhos, tanto ambiental quanto edificado, enfrenta uma série de obstáculos que comprometem a preservação da memória e da identidade local. Conforme aponta Odair da Cruz Paiva em seu artigo *"Patrimônio cultural e leis de proteção no município de Guarulhos (SP), entre as décadas de 1980 e 2010"*, há fragilidades importantes na legislação municipal, que se mostram insuficientes para garantir a efetiva salvaguarda desses bens. Normas mal definidas, ausência de mecanismos claros de aplicação e lacunas nos processos administrativos dificultam a atuação dos órgãos responsáveis e deixam o patrimônio vulnerável a intervenções e descaracterizações.

Outro ponto, é a baixa representatividade das decisões sobre tombamento e proteção do patrimônio, que são frequentemente tomadas de forma centralizada, sem diálogo consistente com a sociedade civil. A participação da comunidade é fundamental para que os processos de preservação reflitam os valores, as histórias e os vínculos afetivos que os grupos locais mantêm com os bens culturais. Quando essa escuta é negligenciada, corre-se o risco de consolidar políticas patrimoniais distantes da realidade de grande parte da população.

A delimitação do entorno dos bens tombados também aparece como um dos principais problemas enfrentados por Guarulhos. A falta de critérios claros e a indefinição legal quanto ao que deve ser protegido nos arredores dos bens comprometem a paisagem cultural e reduzem a eficácia da proteção. Esse cenário revela uma concepção ainda limitada de patrimônio, que não considera de forma integrada os aspectos materiais, ambientais e imateriais envolvidos na preservação cultural.

Por fim, a não efetivação de instrumentos voltados ao patrimônio imaterial é uma lacuna preocupante. Mesmo com a valorização crescente da cultura viva, das práticas e saberes tradicionais e com uma lei publicada em 2022, Guarulhos ainda não possui ações robustas para salvaguarda desse tipo de patrimônio. Esses desafios exigem uma revisão crítica das políticas públicas locais e uma atuação mais articulada entre poder público, comunidade e especialistas.

Um pequeno glossário:

Tombamento Ato administrativo realizado pelo poder público (municipal, estadual ou federal) que visa proteger bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico ou cultural, impedindo sua destruição ou descaracterização. O tombamento pode incidir sobre bens imóveis (como edifícios, igrejas e sítios arqueológicos) ou móveis (como obras de arte e documentos).	
Registro É o instrumento legal utilizado para reconhecer e proteger manifestações culturais intangíveis, como saberes, celebrações, formas de expressão e lugares associados a práticas culturais. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é responsável por esse registro, com base no Decreto nº 3.551/2000.	Imaterial
Restauro Conjunto de ações técnicas que visam recuperar a integridade física e estética de um bem cultural, respeitando suas características históricas, arquitetônicas e materiais originais. O restauro busca preservar o valor histórico do bem, evitando alterações que descaracterizem sua autenticidade.	
Conservação Processo contínuo de manutenção preventiva e corretiva de bens culturais, com o objetivo de retardar sua degradação natural e garantir sua preservação ao longo do tempo. A conservação pode incluir limpezas, monitoramentos e reparos mínimos, sempre com o cuidado de não interferir nas características originais do bem.	

Glossário produzido via ChatGPT com a seguinte referência:
BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Cartilha de Educação Patrimonial*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan>



2. Bens culturais tombados em Guarulhos: o que os inventários revelam

Daniel Carlos de Campos

Muitas vezes, o processo é tão ou mais importante do que o produto. Os inventários dos bens tombados de Guarulhos foram elaborados a partir do ano de 2017 e disponibilizados gradativamente para consulta, tendo sido integralmente finalizados em 2020. Neste período, foram realizadas dezenas de reuniões do Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural e em nenhuma das ocasiões os inventários foram considerados.

Se o produto, a princípio, não exerceu sua função, o processo de elaboração deles teve frutos. A arquiteta Larissa Lucindo participou da elaboração dos inventários¹ (na ocasião, ela era graduanda), e em razão desta experiência, segundo ela, possibilitou sua qualificação e o ingresso na equipe de técnicos de uma das mais prestigiosas empresas de restauro arquitetônico do país. O processo de elaboração, também, nos revelou: (i) o mais interessante exemplar dentre os templos religiosos de Guarulhos, a Igreja São Charbel; (ii) a luta pela preservação como um patrimônio público e tombado do Bosque Maia, empreendido por valorosos militantes, como a arquiteta Marly Araújo, na década de 1990; e (iii) a compreensão do desenvolvimento do restauro da igreja de Bonsucesso, empreendido pela arquiteta Helena Saia.

Para entendermos o processo e o produto, é importante iniciarmos este ensaio respondendo a três perguntas fundamentais: o que é cultura? O que é inventário? O que são bens?

Para respondermos a estas questões, realizamos uma breve descrição da mudança que sofreu estas três palavras. Para tanto, buscando não incorrer em anacronismos, recorremos ao dicionário Setecentista, embora inglês, um dos mais prestigiados lexicólogos da língua portuguesa, Raphael Bluteau (1638-1734), além de sua atualização publicada na centúria seguinte por Antônio de Moraes e Silva (1755-1824).

Assim, para Bluteau cultura é² “o modo, a arte, a acção de cultivar a terra [...] A cultura das artes. Artes, *quae exertatione coluntur*. Aproveytado cõ a Cultura das Sciencias [...] Estilo culto. Estrepito de vozes novas³”. Moraes e Silva define como “O modo, e arte, o trabalho de cultivar a terra [...] A cultura das boas artes; i. é, o trabalho por sabê-las. Cultura do estilo; ornato [...] culto [...] estrépito de vozes novas⁴”.

Para Bluteau, inventário é “registro, ou papel, em que estão registrados os moveis, os papeis, & varias cousas, que há em huma casa [...] Fazer inventário dos bens de alguẽ⁵”. Esta definição de Bluteau nos traz a ideia de bens, no qual, para ele é “cabedais. Riquezas [...] Terras, Herdades [...] Bens de raiz [...] Bens móveis⁶”. Em Moraes e Silva não consta bens⁷, mas

¹ A elaboração dos inventários contou também com a participação das alunas Bruna Heloísa da Silva Barbosa, Bruna Nayara Ribeiro Costeira, Riany Thompson Vanini, Aline Sasaki, Thiago Aquino Amaral de Lima e Willian Soficier Soares.

² Preferimos manter a escrita original.

³ Bluteau (1712, v. 2, p. 636)

⁴ Moraes e Silva (1823, v. 1, p. 518)

⁵ Bluteau (1713, v. 4, p. 182)

⁶ Bluteau (1712, v. 2, p. 104)

⁷ Consta apenas o termo bem, no singular, denotando apenas benevolência e seus derivados.

inventário para ele é “Registro, rol catálogo que se faz dos bens, que o defunto deixa dos bens, e móveis de algum vivo⁸”.

Assim, constatamos que, desde o início dos Setecentos e ainda muito presente atualmente, persiste a ideia na qual cultura é relacionada às artes, à erudição, às pessoas excepcionais e, por vezes, com conotação profundamente classista. Por isso, ainda ouvimos frequentemente que “fulano de tal ou um determinado povo não tem cultura”. Um senso-comum, démodé. Se a definição de cultura tem suas origens em cultivar o solo, ou seja, em transformar profundamente a natureza para suprir suas necessidades, e esta qualidade é fundamentalmente humana, então, como diz o pesquisador inglês Raymond Williams (1921-1988), a cultura é *ordinary* e não *extraordinary*. Importante deixar claro, ordinário, no sentido inglês (de comum a toda Humanidade), e não como atualmente na língua portuguesa, cuja conotação tem sido depreciativa. Neste sentido, cultura é inerente ao ser humano, sem exceção e, como afirma o historiador inglês Peter Burke, tem “um sentido amplo de forma a incluir atitudes, mentalidades e valores e suas expressões, concretizações ou simbolizações em artefatos, práticas e representações⁹”.

Os lexicólogos nos mostram, também, que a ideia de bens e inventários, nos Setecentos e na centúria seguinte, estava ligada à propriedade privada.

A ideia de bens como propriedade coletiva iniciou-se após o fim da onda de depredações durante a Revolução Francesa, processo no qual se buscou eliminar os resíduos do feudalismo (palácios, igrejas). Como nos mostra a historiadora Françoise Choay (1925-2025), depois do vandalismo houve o entendimento de que não fazia sentido a nação destruir as bases materiais de sua história, “eles sabiam que a violência só pode ser legítima se for temporária, que os atos de destruição só podem ser legítimos se for temporária, que os atos de destruição devem se limitar a ferimentos que, mais tarde, serão interpretados como cicatrizes¹⁰”. Assim, era necessário inventariar todos os bens expropriados do clero e da aristocracia e transferi-los para o Estado francês, convertendo-os como instrumentos pedagógicos aos princípios da Revolução. A partir deste momento e ao longo do século XIX a França, sua arquitetura e seus museus, criou as bases materiais e institucionais para tornar-se o principal destino turístico do mundo. Fica claro, então, que, em relação à cultura material, tanto bens como inventários passaram a se referir não apenas à propriedade privada, mas também ao coletivo.

Assim, do ponto de vista do que se convencionou chamar de Patrimônio Histórico, quais bens estariam sujeitos à proteção por meio do tombamento? Nem todos os produtos da ação humana – cultura material, poderiam ter este estatuto. Em última instância, o reconhecimento e institucionalização da proteção dos bens culturais tem sido um processo, iniciado no século XIX, incorporando e ampliando o entendimento a respeito do que se deveria manter ou “descartar”, a partir dos atributos de valores que também tem se modificado ao longo do tempo.

Esta “escolha” passou também pelo entendimento de considerar os bens culturais não mais como monumentos, mas como documentos com potencial de construção de conhecimentos. Como nos recorda o historiador francês Jacques Le Goff (1924-2014): “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo,

⁸ Moraes e Silva (1823, v. 2, p. 118)

⁹ Burke (2003, p. 16)

¹⁰ Choay (p. 113)

os atos escritos¹¹, contudo, de modo passivo. Transmite uma memória, quase sempre dos vencidos, cristalizada, sem questionamentos. Documento, por outro lado, permite múltiplas leituras do passado, com criticidade, processo antagônico em relação ao que professava a História tradicional. Além disso, a partir da escola dos *Annales*, na primeira metade do século passado, foi possível entender, contudo, que “nenhum documento é inocente” e, portanto, “todos devem ser julgados¹²”. Os bens culturais como documentos, potencializando seus atributos de valor.

Para “escolher” os bens que seriam protegidos, durante o século passado, pesquisadores sugeriram diferentes critérios, a partir, principalmente, da obra “O culto moderno dos monumentos” do historiador de arte austríaco Alois Riegl (1858-1905), na qual propôs os seguintes valores: histórico; de rememoração; de antiguidade; de arte; de ancianidade; de uso; de novidade.

Assim, numa revisão conceitual, há pouco mais de uma década, o museólogo, arqueólogo e historiador, professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses propôs os seguintes atributos de valor para os bens culturais:

1. Cognitivos, basicamente de fruição intelectual, no qual é possível a construção de conhecimentos, por meio de sua história, contexto formador (econômico, político, social ou cultural), ou seja, o bem percebido como documento;
2. Formais ou estéticos, relativos à percepção sensorial;
3. Afetivos, com carga simbólica, envolvendo mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social, capazes de produzir sentimento de pertencimento ou de identidade. Diferencia-se de valor histórico, pois não há a produção crítica de conhecimento;
4. Pragmáticos, os característicos de um determinado espaço, destinado ao uso cultural, o qual qualifica sua prática, como um templo religioso. São mais do que valor de uso, são valores de uso percebidos como qualidades;
5. Éticos, garantido pela viabilização do processo de interações sociais em um determinado espaço, resultando em transformações mútuas.

Temos, portanto, as conformações (formais), as relações entre os bens e a população, por meio da construção do conhecimento (cognitivo) e a formação de memórias e lembranças (afetivos), seu uso (pragmático), como templos religiosos e, principalmente, a possibilidade de usufruto por todos como um Direito Social (ético). Em outras palavras, o que o professor Ulpiano sugere de atributos de valor podemos sintetizar em: (i) as conformações dos bens; (ii) as relações das pessoas com ele; e (iii) como estas relações são realizadas. Estas três principais ideias são garantidas, em última instância, por *políticas públicas*, com a manutenção da integridade física dos bens e de programas de visitação de modo democrático.

Depois desta introdução, talvez extensa, peço paciência ao leitor para adentrarmos à discussão dos inventários dos bens culturais de Guarulhos. Dos 14 bens inventariados, quase sua totalidade representa o que chamamos de bens de “pedra e cal”, muitos ligados a uma elite

¹¹ Le Goff (2013 [1977], p. 486)

¹² Ibidem (p. 108)

econômica e política ou à Igreja Católica. Os bens são de diferentes conformações, usos e estados de conservação. A elaboração dos inventários foi possível graças à ação do Ministério Público, tendo em vista o não cumprimento do Decreto Municipal 21.143/2000. Este diploma legal tombou a maioria dos bens de Guarulhos e previa a confecção dos inventários em até noventa dias, iniciada, no entanto, somente 17 anos depois.

De uma maneira ou de outra, podemos “enquadrar” os bens objeto dos inventários de Guarulhos nos critérios de atributos propostos pelo professor Ulpiano. Este pequeno ensaio não se propõe, como o eleitor está percebendo, a simplesmente descrever os bens de Guarulhos. Para isso, convido-os a ter acesso aos exemplares impressos disponíveis no Arquivo Histórico de nossa cidade, já que a Prefeitura de Guarulhos os retirou de seu site.

A mais importante função do inventário é a possibilidade de ter-se parâmetros para a fiscalização da sociedade na garantia da integridade dos bens culturais, assim como estabelecer critérios para possíveis intervenções. Contudo, sua elaboração e sua própria existência nos têm revelado que ele se tornou uma letra morta em Guarulhos. É um documento técnico, mas extrapolam a tecnicidade, provocando algumas reflexões éticas. Ética é a questão fundante deste ensaio, ou a falta dela, como o eleitor está percebendo. A técnica não é viabilizada sem a ética e, ainda, a técnica por si só é inócua se não for aplicada eticamente. Um parêntese: Hoje, enquanto escrevo estas breves palavras, a Casa da Candinha, para ficarmos somente neste exemplo, está em estado de arruinamento.

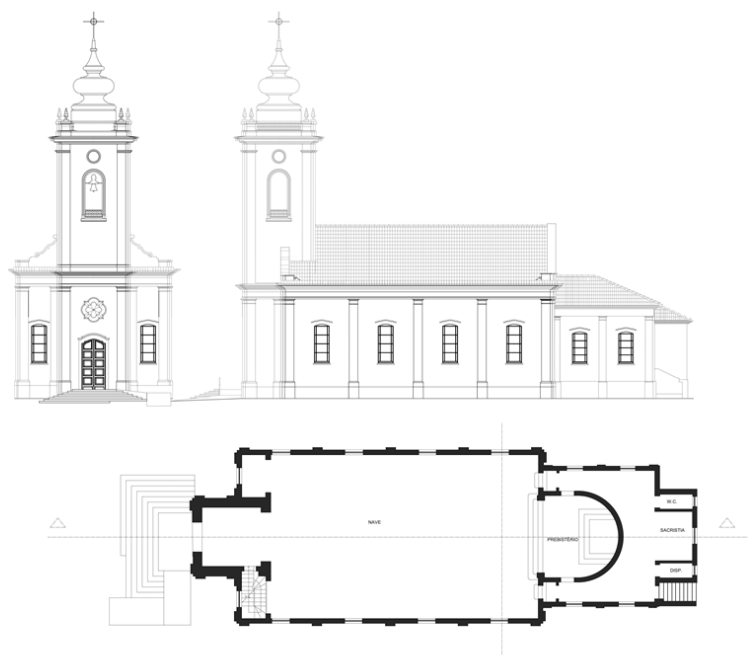
Voltemos à técnica e à ética. Para entendermos esta relação, o mito da criação do Homem, contado por meio do diálogo entre Protágoras e Platão, é uma das mais preciosas lições da sabedoria grega a respeito das contradições entre elas. Assim, durante a criação dos animais, a responsabilidade de atribuir as qualidades para eles foi dada aos irmãos¹³ Epimeteu e Prometeu. O primeiro haveria de distribuir as qualidades e o segundo verificaria se teria sido bem-feita. Epimeteu, então, realizou a distribuição, apesar das diferenças entre as espécies, garantindo igual possibilidade de sobrevivência (força, velocidade, camuflagem).

Ao fim, Epimeteu, percebendo que teria excluído a humanidade destes atributos, resolveu, então, tornar os humanos à semelhança dos deuses, embora mortais. Juntamente com Prometeu, subiu ao Olimpo, logrando subtrair de Hefáisto e de Atenas a capacidade inventiva e de desenvolvimento de técnicas destinadas à sobrevivência humana. Assim se fez. No entanto, o homem se mostrou incapaz de viver harmonicamente entre eles e as demais espécies. Zeus, compadecendo-se pela situação, atribuiu-lhes os sentimentos de justiça e de dignidade. Além disso, deu-lhes a capacidade da arte política, construindo uma ética coletiva, buscando uma harmonia social.

Como vimos, a relação da técnica e da ética já era o centro das preocupações dos antigos gregos. Assim, a técnica é um instrumento de melhoria da vida dentro de princípios éticos. Em outras palavras, a ética condiciona a técnica e não o oposto. Em última instância, o direito à memória é um princípio ético que deve condicionar a técnica, garantida politicamente pelo poder público, o que não tem acontecido em Guarulhos.

¹³ Os nomes dos dois irmãos parecem ser um trocadilho composto pelo radical do verbo _manthanô - aprender, estudar, compreender - e os prefixos _epi (após) e _pro (antes). Assim, Epimeteu é o imprevidente, isto é, "o que pensa depois" e Prometeu, "o que pensa antes".

Diante deste quadro, quem sabe um dia, se os inventários servirem como instrumento na atuação política, poderemos chegar na condição de os mandatários do poder público municipal poderem entender que a cultura é de todos e para todos, e se “inspirar” em, além de Hefáisto e Atenas (garantindo recursos técnicos para sua manutenção), também em Zeus (deus da justiça – garantindo eticamente o acesso democrático aos bens culturais) e, quem sabe, em Musa (deusa das artes – às valorizando), em Mnemósine (deusa da memória – garantindo o direito do povo a ela) ou até em Eros (deus do amor - ao legado do povo)? Quem sabe?



Estudo de fachada e planta Igreja São Charbel. Fonte: Daniel Carlos de Campos



3. Lugares de memória difícil

Tiago Cavalcante Guerra

O objetivo deste ensaio é apresentar um panorama sobre a discussão em torno do que entendemos como memória difícil. O conceito está em voga por conta das permanentes discussões sobre a memória, tangenciando assim o debate sobre memórias traumáticas e/ou questões sensíveis e o lugar de memória nesse quadro.

Em primeiro lugar, é importante escrever um pouco sobre a **memória**. Como objeto de estudo para o conhecimento histórico, a memória é o grande mote para os estudos históricos da metade do século XX para frente, principalmente a partir da escola dos Annales¹⁴. Os historiadores Jacques Le Goff (1924-2014) e Pierre Nora (1931-2025) foram os principais estudiosos da memória coletiva, da subjetividade e das representações simbólicas como elementos para a elaboração do conhecimento histórico.

A memória passa a ser entendida como a forma em que no presente, construímos representações sobre o passado que procuramos indagar nos estudos históricos. A memória coletiva oferece a ampliação desse leque de representações, pois permite a colisão não apenas com as muitas subjetividades constituintes, mas também com outros elementos estudados na construção de explicações possíveis para os objetos/processos analisados historicamente.

Em segundo lugar, temos o contexto nos anos 80 e 90 em que a explosão do tema **Patrimônio Cultural** e sua diversidade de objetos, bens, saberes, expressões e formas de expressão, passam a pautar a memória como um valor essencial na discussão sobre os atributos que tornam algo patrimônio tombado ou registrado.

Por último, os **Lugares de Memória**, conceito consagrado por Pierre Nora, em que os lugares passam a ser analisados como aqueles espaços que condensam as experiências da vida ainda não amarradas pelas narrativas oficiais. Lugares que, por vontade oficial, não seriam museus ou não teriam arquivos para documentar a história, mas que os testemunhos de populares, da classe trabalhadora, dos vencidos, produzem sentidos e insistem em existir/marcar tais lugares.

Podemos refletir que o testemunho de certos lugares, que se tornam espaços de resistência, aliado à emergência da memória como objeto de estudo e de conhecimento histórico, estrutura a pauta do reconhecimento e da validação dos chamados lugares de memória. O mais difícil, porém, é lidar com aquilo que não se quer — ou não se permite — lembrar: aquilo que deveria ser esquecido ou é forçado ao esquecimento, mas insiste em retornar como lembrança. Assim, o conceito de lugar de memória ultrapassa a simples evocação do passado, servindo também como meio de elaboração simbólica daquilo que foi silenciado, negado ou “esquecido”. Como indagou Walter Benjamin: “Não existem nas vozes que escutamos ecos de vozes que emudeceram?” (1994, p. 223).

¹⁴ A Escola dos Annales foi um movimento historiográfico francês que revolucionou a forma de estudar e escrever História no século XX. Fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch, a partir da criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, a escola propôs uma ruptura com a historiografia tradicional, que era centrada em eventos políticos e grandes personagens, típica do positivismo e do historicismo.

No mundo, não faltam exemplos de sítios históricos, áreas de memória, locais de genocídio, antigos campos de concentração, zonas de conflito ou locais com importância cultural e histórica delicada que combinados com os elementos acima apresentados, colaboram também com conservação patrimonial, educação e a promoção dos **direitos humanos**.

Certamente o mais emblemático deles são os associados aos campos de Concentração nazista. E aqui a memória traumática adquire o seu principal sentido, para que o passado não se repita nem no presente, nem no futuro. Lembrar para não esquecer, ou como afirma Theodor W. Adorno, “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação.” (ADORNO, p.119)



Foto: Adobe Stock Image, 2025 - Museu e Memorial de Auschwitz Birkenau - campo de concentração de Oswiecim, na Polônia ocupada durante a Segunda Guerra Mundial

Vale lembrar, que no caso específico desses lugares de memória sensível, existe uma motivação que entra no campo do direito, na justiça restaurativa e na reparação. O direito à memória é também um aspecto essencial para que a restauração da verdade e o impedimento para que aqueles episódios não mais ocorram, obrigam a necessidade de preservá-los como ação de primeira ordem.

Se no mundo a memória das guerras determinam a preservação de alguns lugares, na América Latina a memória difícil está diretamente vinculado às experiências dos autoritarismos e a violência do estado relacionadas ao período das muitas ditaduras militares entre as décadas de 1960 e 1980.

Principais Lugares de Memória Difícil no Mundo

1 - Auschwitz-Birkenau (Polônia)

- Campo de extermínio nazista. Símbolo do Holocausto.
- Preservado como museu e memorial.

2- Memorial do Muro de Berlim (Alemanha)

- Fragmentos preservados do Muro e centro de documentação.
- Representa a divisão da Alemanha e os impactos da Guerra Fria.

3 - Oradour-sur-Glane (França)

- Vila francesa mantida em ruínas após massacre nazista em 1944.

4 - Memorial do 11 de Setembro (EUA) – Nova York

- Construído onde ficavam as Torres Gêmeas.
- Inclui museu com relatos e objetos do atentado.

5- Memorial da Escravidão (Estados Unidos e Caribe)

- Inclui o *National Museum of African American History and Culture* (Washington, D.C.) e o *Whitney Plantation* (Louisiana).

6 - Escola de Mecânica da Armada (ESMA) – Argentina

- Centro clandestino de tortura durante a ditadura militar.
- Hoje é um espaço de memória e direitos humanos.

7 - Museu da Memória e dos Direitos Humanos (Chile)

- Em Santiago, preserva a memória das vítimas da ditadura de Pinochet.

8 - Genocide Memorial Centre de Kigali (Ruanda)

- Lembra o genocídio de 1994.
- Museu, arquivos e tumbas coletivas.

9 - Hiroshima Peace Memorial (Japão)

- Inclui o Domo da Bomba Atômica e o Parque da Paz.
- Lembra os horrores da bomba nuclear.

No Brasil, as memórias difíceis ou traumáticas começam a ganhar visibilidade na década de 1980, pós-ditadura militar, sendo objeto de interesse de várias áreas do conhecimento. No Brasil, Ulpiano Meneses é que traz uma categorização importante sobre memórias traumáticas

A memória traumática é a face de maior força em nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste, sem contar os desastres naturais. O trauma cultural é aqui tomado, um pouco na linha de Neil Alexander, como a memória aceita por uma comunidade evocando evento ou situação carregada de afeto negativo, tida como indelével ou ameaçando seus valores e trazendo perturbações pela dificuldade de assimilação e horizonte final. (MENESES, 2018, p. 4)

Certamente, um aspecto marcante nas ações voltadas à preservação da memória sensível no Brasil está relacionado à atuação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada por lei em 1995 com o objetivo de investigar e esclarecer os casos de desaparecimento e morte de opositores do regime militar, a partir das reivindicações de seus familiares. A busca por ossadas relacionadas à Guerrilha do Araguaia — ocorrida na região amazônica, entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins —, as escavações na Vala Clandestina de Perus, em São Paulo, e as pesquisas sobre a chamada “Casa da Morte”, centro clandestino de detenção e tortura localizado em Petrópolis (RJ), aprofundam as reflexões sobre a necessidade de preservação desses espaços de dor e resistência, inserindo-se no debate contemporâneo sobre a justiça restaurativa e o direito à memória¹⁵.

Nesse sentido, para a discussão sobre os traumas, não é apenas espaço físico, mas uma relação em que se imbricam o material e o imaterial numa perspectiva de convergência de sentidos. Conjugado como a vontade de memória dos oprimidos, trazendo novos atores e

¹⁵ A justiça de transição é um conceito muito forte em países que passaram por conturbações, organização de preceitos internacionais visando a mudança de regime do ponto de vista humanitário em que se discute uma pactuação voltado para a cidadania, sem desrespeito ao passado e com amparos para desenvolvimento da sociedade. No Brasil, esse debate tem ganhado tração, principalmente os iniciados em torno da responsabilização da Volkswagen.

expectativas sobre eventos negados pelo estado ou as forças dominantes, assim os **Lugares de Memória Difícil** vão sendo mantidos no Brasil.



Foto: Aline Lourenço Campanha, acervo pessoal, s/d. Prédio onde funcionou o DOI-Codi, atualmente Delegacia de Polícia.

Enfim, é o **reconhecimento de que os lugares de memória são instrumentos de reparação por parte do Estado**. Ao serem sinalizados como tais, tornam-se marcos públicos que contribuem para a difusão do conhecimento sobre os acontecimentos ali vivenciados. Esses registros ajudam a traçar, de maneira abrangente, os *lôcus* onde ocorreram episódios de violência institucional. É preciso desmistificar a ideia de que os "porões" da repressão se restringiam a espaços fechados e afastados da sociedade, e evidenciar o papel de locais públicos na engrenagem da morte promovida pelo Estado autoritário. Enfrentar o silêncio é, como afirma Edson Teles, um gesto de libertação: "O desvelar do silêncio fornece conhecimento e a afetividade propícia à reelaboração das relações temporais e colabora na liberação do sujeito que se mantém ligado ao seu passado." (TELES et al., 2009, p. 584).

Lugares de Memória Difícil no Brasil

1. Cais do Valongo – Rio de Janeiro (RJ)

- Tipo de trauma: Escravidão africana
- Descrição: Principal porto de desembarque de africanos escravizados nas Américas.

2. Memorial da Resistência (antiga sede do DOPS) – São Paulo (SP)

- Tipo de trauma: Repressão da Ditadura Militar (1964–1985)
- Descrição: Funcionou como sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde ocorreram interrogatórios e torturas.

3. Casa da Morte – Petrópolis (RJ)

- Tipo de trauma: Tortura e desaparecimento forçado
- Descrição: Centro clandestino da ditadura, onde presos políticos foram torturados e mortos.

4. Cemitério de Perus – São Paulo (SP)

- Tipo de trauma: Desaparecimento e ocultação de corpos
- Descrição: Famoso pela vala clandestina onde foram encontrados restos de desaparecidos políticos.



4. História das Favelas de Guarulhos

Peterson Mendes Paulino

Presentes na paisagem urbana de muitas cidades brasileiras, as favelas constituem um território formado na virada do século XIX e emergem no nascimento da república e das mudanças urbanas no Brasil.

Dados recentes do Censo Demográfico 2022, divulgados ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelaram que a cidade de Guarulhos tem cerca de 170 favelas com aproximadamente 215.969 moradores, totalizando 16% da população da cidade morando nesses territórios. Os dados divulgados pelo IBGE são significativos da dimensão da presença das favelas no espaço urbano da cidade. A história das favelas, no entanto, é pouco ou quase nunca objeto de pesquisa e de reflexão.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, a cidade passa por um intenso processo de urbanização, que começa nas regiões centrais e se intensifica já na segunda metade do XX, nas regiões periféricas do município. Com o *boom* populacional e a ausência de políticas habitacionais num momento em que a cidade recebia um grande contingente de migrantes vindo principalmente da região Nordeste, além da intensificação da industrialização, a necessidade de moradias aumentou significativamente para os trabalhadores. Nesses contextos, temos o início do processo de favelização do município.

As primeiras favelas de Guarulhos surgiram no começo dos anos 1970. A Vila Flórida, favela localizada nos arredores do Paço Municipal, se encontra como a mais antiga favela conhecida da cidade, identificada em 1970, a partir de uma ação da prefeitura que visava mapear esses territórios pelo município. Além da Vila Flórida, outras favelas

Temos também neste período, as primeiras ações da Prefeitura de Guarulhos para frear e acabar com o surgimento de outras favelas da cidade. Desde o programa **Pró-Favela** ao **Serviço de Desfavelamento**, ambos elaborados nos anos 1970, buscavam erradicar as favelas.



Foto: Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos Araci Borges Dias Martins, s/a. Favela da Vila São Rafael em 1976.

No final dos anos 1970 e no decorrer dos anos 1980, se iniciam as lutas dos favelados por direito à moradia digna. Esse momento é revelador das mobilizações sociais que se intensificam na cidade. Os favelados lutaram e enfrentaram vários revezes, que se integravam com a formação dos territórios periféricos da cidade. O jornal **O Repórter de Guarulhos** é representativo e uma fonte possível para compreender o período. Iniciado no surgimento da imprensa alternativa no Brasil, o Repórter dedicou uma boa parte de suas páginas a denunciar casos de grilagem de terra, participação de instituições, agentes públicos e privados em casos de corrupção, e na remoção de favelas que ocorriam de forma intensa na cidade. Instituições como o Centro de Defesa e Direitos Humanos (CHDD) também atuavam em prol dos favelados.

Nas décadas de 1990 e começo dos anos 2000, as lutas dos favelados se intensificaram com a participação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Na madrugada do dia 19 de Maio de 2001, um grupo de moradores, em conjunto com o MTST ocuparam uma área localizada na região de Bonsucesso, que servia como desova de carros e a especulação imobiliária. É o início da formação da Comunidade Anita Garibaldi, uma das maiores favelas da cidade.

A história das favelas tem sido um campo de estudos que têm sido cada vez mais aprofundado no Brasil. Em Guarulhos, o tema tem sido pouco abordado por parte dos historiadores e tem sido trabalhado em outras áreas do conhecimento como na Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Ciência Política, entre outros.

A primeira obra dedicada a falar sobre as favelas da cidade vem da obra *Molduras de Miséria* de Roberto Santanna, publicada em 1980. A obra trata da experiência de Roberto nas favelas guarulhenses onde narra as vivências no território e traz alguns episódios vividos com os moradores. Roberto também era responsável pela parte jurídica do programa Pró-Favela, projeto que visava o desfavelamento em Guarulhos. Ele atuou na parte jurídica e foi relator do plano elaborado pela prefeitura. No final dos anos 1990, duas obras se destacam que trazem novos olhares para a história da cidade, e evidenciam a formação das favelas: *Revirando a História de Guarulhos*, de Elói Pietá e *Formação de uma Metrópole: Guarulhos de Expedito Leandro*.



5. Estudo de caso: casarão José Maurício de Oliveira

Cristino da Silva

Edificação de esquina com implantação recuada e de volumetria assimétrica, cercado por gradis metálicos e mureta em alvenaria, possui como endereço a rua Sete de Setembro, 150 e tem a Rua Felício Marcondes à lateral do lote.

A edificação foi erigida para servir de moradia para o prefeito José Maurício Sobrinho (prefeito em Guarulhos de 1919 a 1930 e 1940 a 1945), e seus sucessores. De acordo ao inventário da Prefeitura de Guarulhos, a edificação foi erigida entre as décadas de 20 e 30, entre 1925 e 1937, não há, até o momento, documentos que evidenciem quando foi construída.

Foi utilizada como residência até o ano de 1945 pela família Oliveira. Com a morte do prefeito José Maurício no referido ano, a família muda-se da casa, alugando o imóvel para a prefeitura. Com isso, a edificação é utilizada para outros usos, como Primeira Vara do Fórum de Guarulhos (1956), Secretaria Municipal de Obras (1977), Junta de Alistamento Militar (década de 80) e Museu Municipal (década de 90 até 2000).

A Casa José Maurício tem como predominante a arquitetura eclética de São Paulo com influências Neocolonial e Art Déco, bastante difundida no período de sua construção da edificação. Em sua volumetria, destaca-se o jogo de alturas entre os pavimentos, a saliências da fachada, caracterizada por diferentes volumes e da presença de varandas e sacadas que promovem nas fachadas “cheios” e “vazios”, avanços e recuos. A composição arquitetônica é marcada pela presença de arcos, típicos do repertório neocolonial e associados ao estilo missões. A janela principal em arco pleno com caixilharia metálica e jardineira de alvenaria reforça esse elemento simbólico. As portas e janelas com venezianas verdes são características do período e contribuem com a ambientação histórica.

No que tange aos materiais empregados, a edificação é composta de tijolos maciços, assentados com cal e areia. Nos pisos foram utilizados assoalhos de madeira, ladrilho hidráulico, cacos cerâmicos vermelhos e granilite. Os ambientes, em sua maioria, eram compostos por forros de estuque. O telhado é composto por diversas águas e rincões, estruturado em madeira e coberto por telhas francesas.

Os ambientes da edificação estão distribuídos em pavimento térreo, pavimento superior e conta com um porão onde é possível acessar as fundações. De fato, um exemplar raro de registro da maneira de construir praticada no século XX.

Em 1988, a Secretaria de Educação e Cultura solicitou o tombamento do imóvel, que foi inicialmente concedido pelo Decreto nº 16.963/92. No entanto, esse tombamento foi revogado apenas quatro meses depois, pelo Decreto nº 17.206/92. Somente em 2000 a edificação foi definitivamente reconhecida como patrimônio histórico edificado, por meio do Decreto nº 21.143/2000.

Apesar do tombamento, a Casa José Maurício passou por um período de abandono, depredações e severa deterioração. Em 2013, o imóvel foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Guarulhos e cedido à Secretaria de Educação com a finalidade de sua restauração. Em 2015, o Conselho de Patrimônio Histórico de Guarulhos aprovou um projeto de restauro, que incluía também a construção de uma edificação anexa.

Como imóvel tombado, a Casa José Maurício deveria seguir critérios rigorosos de intervenção, conforme os parâmetros estabelecidos pelos órgãos de preservação do patrimônio. Contudo, iniciou-se mais um ciclo de negligência, abandono e danos crescentes, agravados por ocupações irregulares, falta de manutenção e dois incêndios — o segundo, em agosto de 2019, foi de grande proporção e colocou a estrutura da edificação em risco de colapso.

Ainda em 2019, mesmo diante de anos de descaso do Poder Público, foi anunciada — sem ampla divulgação — a tão aguardada restauração da casa. O que deveria ser um momento de celebração transformou-se em motivo de apreensão. O processo teve início com sérias falhas: termos ambíguos no edital de licitação, contratação de empresa sem experiência específica em restauração e decisões técnicas equivocadas durante a obra.

Em janeiro de 2020, a obra foi interrompida após visita do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e do então Secretário de Cultura, que constataram o tratamento inadequado da intervenção, que mais se assemelhava à reforma de um "bangalô", desrespeitando as leis específicas sobre bens tombados.

Embora tenham ocorrido falhas graves, algumas ações merecem destaque, como a estabilização da estrutura e a manutenção do telhado, que evitaram o colapso da edificação. Nesse mesmo período, a pandemia de Covid-19 impôs novos desafios, incluindo a transição dos conselheiros do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico.

A nova gestão do Conselho deu início a debates técnicos sobre as formas corretas de intervenção. Em meio a conflitos entre desinformação, pressa por soluções simplificadas e o necessário rigor técnico, foi reforçada a importância da presença de um restaurador qualificado, que acompanhasse desde o levantamento histórico até a execução da obra, respeitando os elementos originais que atestam a historicidade do bem.

Essas discussões renderam frutos! O Conselho aprovou a contratação de um restaurador e a elaboração de um novo edital, com diretrizes mais rigorosas. Após cumprir os trâmites legais, a empresa Bolanho Arquitetura & Construção Restauro foi contratada para assumir o projeto de restauração.

Com a nova empresa e sob a terceira formação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, observou-se notável evolução da obra, conforme verificado em visita técnica realizada por conselheiros e representantes do Poder Público em junho de 2024.

Com o avanço das obras, surgiu a notícia: a Casa José Maurício seria inaugurada ainda em 2024, para atender a uma agenda política. O que poderia ser uma vitória para o patrimônio tornou-se novamente motivo de preocupação. A restauração foi entregue de forma parcial, apresentando patologias evidentes e manipulações na divulgação de imagens do telhado.

Em 2025, após décadas de luta, desgaste e resistência, a Casa José Maurício de Oliveira é finalmente entregue à cidade de Guarulhos, restaurada e reabilitada — um marco na história da preservação do patrimônio cultural local.



Foto: AAPAH/Bruno Leite de Carvalho, 2016 - Campanha pela restauração do Casarão José Maurício.



6. A consolidação da Casa da Candinha como patrimônio histórico de Guarulhos

Larissa Lucindo Fernandes

O edifício popularmente conhecido como “Casa da Candinha”, localizado na cidade de Guarulhos e tombado em âmbito municipal no ano 2000, representa um dos poucos testemunhos materiais do período colonial na cidade e na própria Região Metropolitana de São Paulo. Este remanescente edificado remonta ao início do século XIX, época em que o território que hoje compõe a cidade de Guarulhos era basicamente rural, ocupado por propriedades de produtores agrícolas.

Pertencente à antiga Fazenda Bananal, esta foi uma das maiores propriedades rurais de Guarulhos até as primeiras décadas do século XX. Segundo Campos, Sales e Silva (2018, p.115), a propriedade fora adquirida por Amador Bueno da Veiga, em 1717, através de carta de sesmaria concedida por D. Pedro de Almeida.



Foto AHCG “Araci Borges Dias Martins”, 2020. Casa da Candinha.

A propriedade rural continuou sediando atividades agropecuárias até meados do século XX, quando seria desmembrada em glebas menores destinadas à venda. A Fazenda Bananal possuía suas divisas nos limites entre as cidades de São Paulo e Mairiporã, correspondendo aos atuais bairros guarulhenses de Tanque Grande, Bananal, Invernada, Taboão, Vila Barros, Cecap e Várzea do Palácio (CAMPOS et al, 2018, p.115).

Cândida Maria Rodrigues (1902–1969) foi uma das últimas proprietárias da Fazenda Bananal e também a mais popularmente conhecida. Dona Candinha dirigiu a fazenda por mais de três décadas após a morte de seu marido Olegário de Almeida Barbosa. A partir de 1950, a propriedade rural entrou financeiramente em declínio, obrigando Candinha a iniciar o processo de divisão da fazenda em glebas que seriam gradativamente vendidas, dando origem a bairros como Lavras, Santos Dumont e Tanque Grande, bem como aos loteamentos São João e Cumbica. Candinha viria a falecer em 1969, aos 67 anos de idade. Poucos anos depois, na reportagem intitulada “O real casarão: Fazenda Bananal” (1976), do jornal Correio do Povo, noticia-se que a sede da fazenda se encontrava “em ruínas, correndo o perigo de ser consumida pelo tempo”. A matéria, em tom saudosista, sugere que o poder público “deveria incorporar o local ao patrimônio histórico da cidade, impedindo que a erosão liquide com os sinais marcantes

identificadores da criação dessa metrópole, sujeita à fúria do progresso”. O tombamento do edifício, contudo, ocorreria apenas décadas depois.

Com relação às técnicas construtivas, trata-se de uma edificação em taipa de pilão e de mão, provavelmente datada do início do século XVIII, com acréscimo construído em tijolos maciços no início do século XX (CAMPOS et al, 2016, p.115). A edificação apresenta um formato irregular e é constituída por dois blocos. O primeiro, com cerca de 195 m², denominado corpo principal, remonta à época em que a edificação foi concebida. Conta com paredes externas executadas com a técnica da taipa de pilão e as paredes internas em taipa de mão. A casa possui doze cômodos e assoalho em madeira.

Já o segundo bloco, se configura como um anexo, construído no início do século XX, e possui área de cerca de 67 m², constituído por tijolos cerâmicos, e seis cômodos. É interessante analisar, a partir desse anexo, como a disposição interna da casa precisou ser alterada para atender às novas demandas sociais, pois, segundo Campos, Sales e Silva (2018) este bloco foi construído para abrigar o corpo de serviços, constituído então pelas cozinhas limpa e suja, despensa e sanitário. Este último, inexistente até então dentro das residências coloniais.

A Casa da Candinha foi tombada em 2000, por meio do Decreto Municipal nº 21.143/2000. Quatro anos depois, a área foi declarada como de utilidade pública, por meio do Decreto nº 22.787/2004, com a indenização de seus herdeiros. Anos depois, em 2008, o bem tombado ganhou evidência midiática quando a deputada federal Janete Pietá destinou R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) para o então denominado Centro de Preservação da Cultura Negra que seria implementado no Sítio da Candinha.

É possível notarmos a presença viva da cultura negra em diversos aspectos do cotidiano na cidade de Guarulhos. Em a “ruptura e metamorfose” da Casa da Candinha, proposta por Omar (2013), diz respeito, principalmente, ao projeto de ressignificação de um local que, segundo muitos pesquisadores, certamente se beneficiou da escravização da mão-de-obra negra africana. Essa rica cultura não merece apenas uma “demarcação” no piso da Rua Dom Pedro II, mas sim mais espaços para suas próprias histórias e vivências sejam compartilhados, como foi proposto no Parque Municipal da Cultura Negra – Sítio da Candinha.

E, para a preservação de um bem, é preciso o avanço em relação à ideia de que basta o tombamento como instrumento de proteção. Destinar um uso, desde que esteja de acordo com a integridade do bem cultural, é de fundamental importância para que o patrimônio histórico se mantenha conservado, uma vez que, seguindo um criterioso plano de manutenção, evita-se a necessidade de grandes intervenções, como por exemplo as obras de restauro. O uso contínuo do edifício mantém o patrimônio em constante ressignificação, permitindo assim que a sociedade construa novas relações e novos laços afetivos com o espaço edificado.

Nesse sentido, é notável certo descompasso desde o tombamento da Casa da Candinha, em 2000, a criação das unidades de conservação, em 2008, e o início do projeto de restauro, em 2010. Durante esse tempo, a Casa da Candinha permaneceu sem a manutenção adequada, causando a sua deterioração com o decorrer dos anos. Devido a entraves burocráticos e à falta de um departamento específico que desse continuidade aos projetos, inclusive em relação ao uso, apenas a cobertura metálica prevista em seu primeiro projeto de restauro foi executada, em 2010. De modo emergencial, a cobertura protegeu o edifício de taipa das intempéries e permitiu que não se arruinasse completamente.



Foto AHCG “Araci Borges Dias Martins”, 2020. Casa da Candinha e sua cobertura metálica, quase duas décadas de espera.

À contrapelo desta situação um dos caminhos é o fortalecimento das ações de preservação em Guarulhos com a ampliação da participação da sociedade civil nos debates sobre a preservação do patrimônio local, desde os processos de identificação e reconhecimento de bens até a discussão sobre os meios para protegê-los e os novos usos a serem adotados.

Se considerarmos a possibilidade de ressignificação das narrativas históricas em torno da Casa da Candinha e o fortalecimento da participação da sociedade civil nos processos de patrimonialização, seriam incontáveis os benefícios para a população local a partir da efetiva implantação do Parque Natural da Cultura Negra – Sítio da Candinha. Além do potencial para a reverberação de debates acerca de uma patrimonialização contra hegemônica, é importante destacar também a escassez de equipamentos culturais na cidade e naquela localidade, em particular.

Entre os bens tombados pelo município, vários poderiam ser destinados a diversas atividades, cumprindo suas funções com bens de interesse coletivo e abrindo caminho para releituras e apropriações contemporâneas dos espaços históricos da cidade. É imprescindível o avanço em relação ao investimento em políticas públicas voltadas à cultura e que existam incentivos e a possibilidade de espaços públicos descentralizados que representem a pluralidade das linguagens artísticas que hoje movimentam o cenário cultural guarulhense, muitas vezes de maneira autônoma, como é o caso da AAPAH- Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico.



7. Sincretismo cultural e religioso: o catolicismo negro e a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Guarulhos

Elmi El Hage Omar

A irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi uma das associações do catolicismo negro¹⁶ que teve similares por todo o Brasil. No contexto de um catolicismo barroco, as irmandades foram abundantes e importantes no modo de vida do povo. Com características corporativas e hierárquicas estavam comprometidas com a solidariedade dos seus membros.

Na formação dessas irmandades, de modo geral, à base era o critério de raça: existiam irmandades de brancos, pardos e pretos, estes procurando se reunir de acordo com sua região originária da África. As prerrogativas das irmandades eram oferecer aos seus membros um espaço de comunhão, identidade, socorro, alforria, meios de protesto contra abusos senhoriais, festas e rituais fúnebres.

O caixa e os registros geralmente eram ocupados por uma pessoa livre. Nas pesquisas realizadas nos arquivos da Cúria de Guarulhos encontramos o livro caixa da Irmandade do Rosário que no seu termo de abertura faz constar o seguinte:

(...) Deve servir este livro para nele se lansarem os termos de todas as quantias de dinheiro, que entrarem para o cofre da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, observando-se a respeito do mesmo Livro, assumpto o determinado nos provimentos que irão lansados no Livro de Receita e Despesa; vae rubricado pelo Min^o D^o Prov^o actual com suas rubricas de Procópio de que uza, e na ultima folha leva um termo de encerramento com declaração do numero de folhas e p^a constar mandou o mesmo min^o fazer este termo de abertura, que assignou. São Paulo a 23 de abril de 1805. Joaquim Procopio Silva Salgado.

(Cúria Metropolitana de Guarulhos, Livro Caixa da Irmandade do Rozário 1805 a 1871).

No caso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Guarulhos, pelo menos no ano de 1833, houve três entradas num total de seis mil e cem réis, tendo feito o lançamento o tesoureiro e escrivão Bonifácio de Siqueira Bueno, pai de João Álvares Siqueira Bueno, que vendeu Nhô Quim de Ferro à sua irmã, Brígida Maria Castro, portanto, sogro de José de Almeida Barbosa, fazendeiro do Bananal. (Cúria Metropolitana de Guarulhos, Livro Caixa da Irmandade do Rozário, 1805 a 1871).

Sustentadas por meio de joias como requisito para entrada, uma espécie de taxa de matrícula), anuidades, esmolos, loterias, rendas de propriedades e legados em testamento, essas irmandades sobreviviam da solidariedade mútua. No início, esse catolicismo popular, servia para mascarar o culto à divindade dos escravizados através dos santos que encontravam elementos análogos. Como exemplo, podemos citar o estudo de Marina de Mello e Souza, professora do departamento de história da FFCLH/USP sobre os *Santos e Minkisi, uma reflexão sobre a miscigenação cultural*, onde existe o seguinte pensamento:

¹⁶ Para a historiadora Marina de Mello e Souza, o "catolicismo negro" no Brasil foi compreendido como uma expressão religiosa que emergiu do encontro entre o catolicismo europeu e as tradições religiosas africanas, especialmente no contexto da escravidão. Esse fenômeno não é visto como uma simples mistura de crenças, mas como um processo complexo de miscigenação cultural, no qual os africanos escravizados e seus descendentes reinterpretaram e ressignificaram elementos do catolicismo, incorporando-os às suas próprias cosmologias e práticas espirituais. SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*, 2006, p.116.

(...) Os estudos sobre a inserção dos africanos escravizados e seus descendentes nas Américas têm sido um campo fértil para a reflexão acerca dos processos de sincretismo, aculturação, transculturação, encontro de culturas, miscigenação cultural, entre várias outras noções que buscam dar conta de situações nas quais novas culturas surgem a partir do contato entre povos diferentes... Ao serem arrancados de seus lugares de origem e escravizados, ao deixarem de pertencer a um grupo social no qual construíam suas identidades, ao viverem experiências de grande potencial traumático, tanto físico como psicológico, ao transporem a grande água e terem que se dobrar ao jugo dos senhores americanos, os africanos eram compelidos a se integrarem, de uma forma ou de outra, às terras às quais chegavam. Novas alianças eram feitas, novas identificações eram percebidas, novas identidades eram construídas sobre bases diversas: de aproximação étnica, religiosa, da esfera do trabalho e da moradia. Assim, reagrupamentos étnicos compuseram “nações”, pescadores e carregadores se organizaram em torno das atividades que exerciam, vizinhos consolidaram laços de compadrio e se juntaram cultuadores dos orixás, os que faziam oferendas aos antepassados e recebiam entidades sobrenaturais sob o toque de tambores. Nesse contexto, os reis negros, presentes em quilombos e grupos de trabalho, mas principalmente em irmandades católicas, serviram de importantes catalisadores de algumas comunidades e foram centrais na construção de suas novas identidades. Enquanto algumas atividades exercidas por comunidades negras eram proibidas e perseguidas pela administração senhorial e demonizadas. (SOUZA, 2002, pp. 125, 128)

As autoridades, por sua vez, permitiam e utilizavam as irmandades como instrumentos de dominação; essas expressões religiosas possibilitam o controle simbólico sobre os escravizados. Por outro lado, as irmandades também funcionaram como espaços de união, solidariedade e ajuda mútua entre os membros das comunidades negras. Muitas delas eram direcionadas ao culto de santos específicos, como no caso da Irmandade do Rosário, localizada no centro de Guarulhos, dedicada a São Benedito, Santo Elesbão, Nossa Senhora do Rosário e Santa Ifigênia. Essas atividades se intensificaram especialmente no século XVIII, durante o longo período do padroado — instituição que vinculava a Igreja Católica Apostólica Romana ao Estado, concedendo ao rei o direito de nomear líderes religiosos, autorizar a construção de templos e regular o funcionamento das irmandades.

As irmandades com suas vistosas festas, como as congadas, recheadas de elementos africanos usaram em alguns espaços e de acordo com alguns pesquisadores, esses rituais para expressarem resistência. Outros estudiosos, porém, difundem a ideia de que houve um sincretismo, adequação. Existem ainda aqueles que defendem a tese de aculturação.

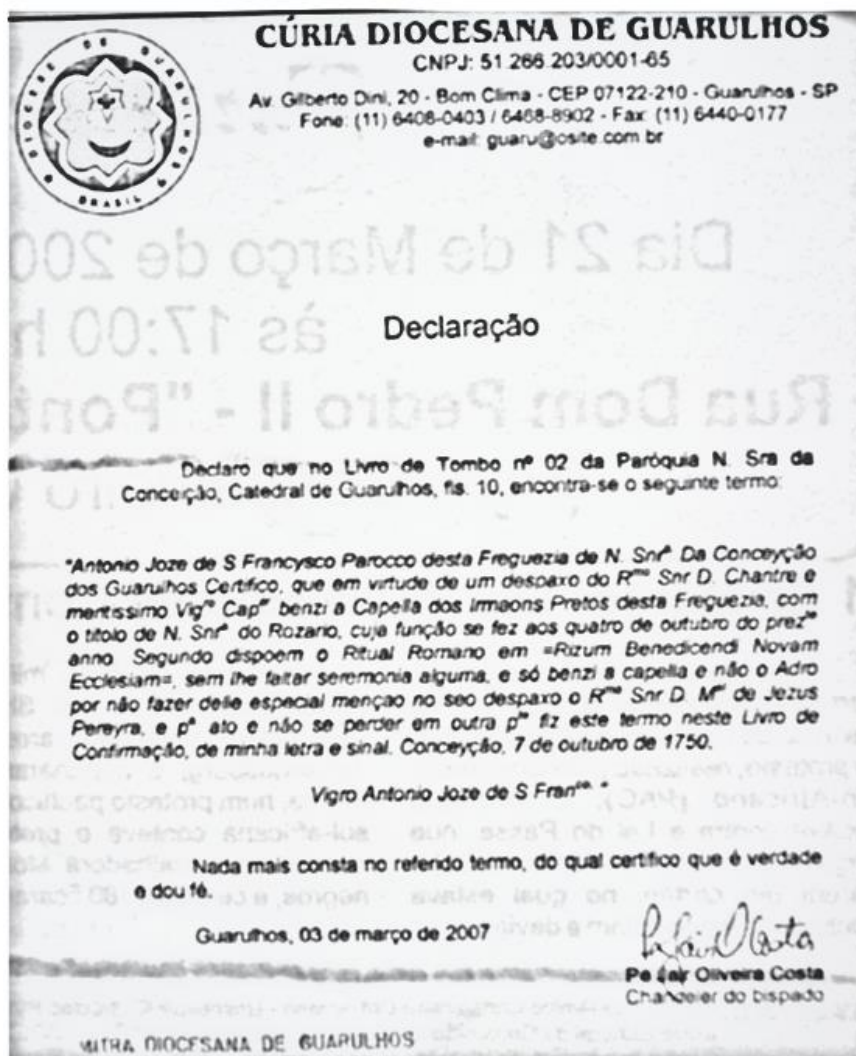
Compreendemos que esses aspectos históricos e sociais se fizeram, de acordo com as peculiaridades locais. Observam-se, nesses estudos, diferentes modos de relação com as autoridades na produção de cultura e religiosidade, de acordo com sua origem africana, nas relações entre irmandades que se reuniam num mesmo templo, nas características espaciais, etc.

Olhando para a Irmandade em Guarulhos, sua origem é controversa. Em nossa pesquisa reunimos algumas fontes que apontam para o início do século XVIII. Provavelmente seu surgimento se deu simultaneamente à igreja dos pretos de São Paulo e Penha.

Em sua maioria as obras literárias guarulhenses receberam influência de pensamentos eurocêntricos e positivistas. Elas enfatizam as realizações dos “grandes homens ilustres, bons, brancos” em detrimento de outros elementos étnicos existentes. Houve assim um processo de expropriação da identidade e espaço religioso dos Pretos do Rosário que se inicia possivelmente

com a controvérsia em torno da sua fundação, problematizando essas poucas citações historiográficas indiretas e fontes primárias.

Quanto ao ano de inauguração da igreja, a maioria dos autores apontam para cerca do ano de 1862. No entanto essa data deve ser alterada para o ano de 1750, quando foi oficializada, pelo benzimento em 07/10/1750, conforme atesta o livro do tombo nº 2, fls. 10, da Diocese de Guarulhos que reproduzimos abaixo na íntegra, comprovando assim sua relevância histórica.



Reprodução da declaração de unção da igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos em 1750. Fonte: Cúria Metropolitana

O relatório de 1913 do padre Celestino Gomes d'Oliveira apresenta informações equivocadas sobre a fundação da igreja, ao apontar 1862 como o ano de sua criação. Contudo, essa data é incompatível com uma ordem de desocupação emitida em 18 de setembro de 1806 pelo Senado da Câmara de São Paulo, direcionada a Inácio de Miranda e seu pai, Manuel de Miranda, que ocupavam terras sem título "ao pé da igreja do Rosário dos Pretos". A ordenança foi executada pelo então presidente da Câmara, capitão José Maria da Cruz Almada, juntamente com o procurador José Jacinto Bernardes. Portanto, há registros documentais que comprovam a existência da igreja já no início do século XIX.

Se usarmos como referência a construção da igreja em São Paulo, como explica Lincoln Secco (2006, p. 1), observa-se que para construir a igreja da capital a irmandade levou cerca de 26 anos e com muita dificuldade. Tendo em vista essas datas e documentos, provavelmente, a iniciativa para a construção da igreja em Guarulhos, deu-se possivelmente no início dos anos 1700, semelhantemente à de São Paulo e da Penha.

Essas fontes documentais corrigem a data de edificação anteriormente atribuída a 1862, conforme consta em obras de autores como Carlos José Ferreira dos Santos (2006, p. 69) e João Ranali (2002, p. 171). A construção foi resultado de um esforço coletivo extremo, considerando que os envolvidos eram pessoas escravizadas. Qualquer empreendimento dessa natureza exigia longos anos de dedicação, sendo viabilizado por meio de esmolas, pequenas economias e intenso trabalho.

Outro acontecimento que comprova a antiguidade desse templo ocorreu em 1757 quando a igreja serviu de matriz. Segundo Gasparino José Romão & João Ranali (2006), recorrendo ao livro de tombo da Cúria de Guarulhos, o Padre Antonio Medeiros Pereira registrou, por ocasião da visita que fez às obras de reconstrução da Igreja Matriz, entre 9 e 17 de junho de 1757, atesta a existência naquela data da igreja do Rosário dos Homens Pretos de Guarulhos:

(...) Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Guarulhos, a qual está servindo de Matriz por esta se estar fazendo de novo, com a presença do Reverendíssimo Vigário dela, João Baptista de Azevedo, e mais povo que se achava junto; fiz a procissão dos defuntos. Visitei o Sacrário, em que atualmente estava o Santíssimo Sacramento, altares, imagens, paramentos. Pia Batismal com santos óleos e tudo o mais pertencente à visita. E provendo no espiritual e temporal para o serviço de Deus, e bem das almas... (apud ROMÃO & RANALI, 2006, p. 38)



Foto: Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos Araci Borges Dias Martins, s/a. Interior da Igreja N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos em fins do ano de 1926.



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T W. Educação e emancipação. 2ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

AMOROSO, Mauro. “Por entre margens e lugares: sobre a materialidade da memória dos moradores de favelas”. In: GONÇALVES, Rafael Soares, AMOROSO, Mauro & BRUM, Mario (orgs,). Pensando as favelas cariocas: memória e outras abordagens teóricas. Rio de Janeiro: PALLAS, 2022.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

BLOCH, M. Introdução a História. SP : Europa América. 1992.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario Portuguez, & Latino, áulico, anatômico, architectonico, autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses & latinos, e offerecido a elrey de Portugal Dom Joam V. Lisboa: na officina de Pascoal da Sylva, impressor de sua majestade, v. 2; 4, 1712; 1713.

BORGES, Augusto César Maurício; Omar, Elmi El Hage (Orgs.). Signos e significados em Guarulhos: identidade, urbanização, exclusão. São Paulo: Navegar, 2014.

BRUM, Mário; GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mário. História e favelas Cariocas: Um encontro tardio. Topoi (Rio J.), v. 25. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/ChHS5ZrdsdNKYDcctxJZTfD/>.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2006.

CYMBALISTA, R; FELDMAN, S.; KUHL, B. M.; org. Patrimonio cultural, memórias intervenções urbanas. São Paulo, Ed. Annablume. 2017.

GAMA, Nilton César de Oliveira. O processo de conformação da periferia urbana no município de Guarulhos: os loteamentos periféricos como (re)produção de novas espacialidades e lugar de reprodução da força de trabalho. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022010-100806/en.php>.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 7 ed., 2013.

LEANDRO, Expedito. Formação de Uma Metrópole: Guarulhos. São Paulo: CDDH, 1996.

LIMA, Sônia Lúcio Rodrigues de. Metamorfoses na luta por habitação: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Anais do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. Ouro Preto – MG, 2009.

MENESES, U. Os Museus e as Ambiguidades da Memória: A Memória Traumática. Encontro Paulista de Museus - Memorial da América Latina. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>.

MORAES E SILVA, Antônio de. Dicionário da Língua Portuguesa recopilado de todos os impressos até o presente por Antônio de Moraes e Silva natural do Rio de Janeiro oferecido ao muito alto, e muito poderoso senhor D. João VI, Rei de Portugal, Brasil e Algarve. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, t. 1; 2, 1823.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania In: USAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

OMAR, Elmi El Hage. Irmandades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Guarulhos: identidade, cultura e religiosidade. São Paulo: Navegar, 1ªed., 2013.

PAIVA, Odair da Cruz. Patrimônio cultural e leis de proteção no município de Guarulhos (SP), entre as décadas de 1980 e 2010. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 25, n. 1, p. 179–202, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8648157>. Acesso em: 11 mar. 2021.

PAULINO, Peterson Mendes. Comunidade Anita Garibaldi: Histórias, Lutas Sociais e Resistências na periferia de Guarulhos. Guarulhos, 26 de maio de 2024. AAPAH. Disponível em: <https://aapah.org.br/comunidade-anita-garibaldi/>.

PAULINO, Peterson Mendes. Uma Breve História das Favelas de Guarulhos. Guarulhos: AAPAH, 2025. Disponível em: <https://aapah.org.br/uma-breve-historia-das-favelas-de-guarulhos/>.

PIETÁ, Elói. Revirando a História de Guarulhos. Editora Caja. 1992.

PREFEITURA de Guarulhos. Inventário Patrimônio Históricos, 2018. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/patrimonios_historicos/ Acesso: 29.02.2024.

PREFEITURA de Guarulhos. Plano Municipal de Cultura. Disponível em: https://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/2021-04/Plano_Municipal_de_Cultura%20%281%29.pdf. Acesso: 29.02.2024.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva: 2014.

ROMÃO, Gasparino José & RANALI, João. Igreja matriz de Guarulhos: resgate da história, 300 anos. São Paulo: Scortecci, 2006.

SANTOS, Ana Carolina Melaré dos. Viollet-le-Duc e o conceito moderno de restauração. Resenhas Online, São Paulo, ano 04, n. 044.01, Vitruvius, ago. 2005.

SANTOS, Carlos José Ferreira do. Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos - SP. São Paulo: Annablume; Sinpro Guarulhos, 2006.

SANTOS, Carlos José Ferreira. Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos-SP. São Paulo: Annablume, 2006.

SEABRA, Juliana; FERNANDES, Larissa Lucindo, GUERRA, Tiago Cavalcante. Inventário das obras de arte em espaços públicos da cidade de Guarulhos. Guarulhos, SP: AAPAH, 1ª ed., 2023.

SECCO, Lincoln. A igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo. In: Revista do Instituto Geográfico de São Paulo. São Paulo: v. XCV, p. 100 – 107, 1999.

SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. Catolicismo negro no Brasil: Santos e minkisi uma reflexão sobre a miscigenação cultural. Afro-Asic, 28 (2002), 125- 142.

SOUZA, Marina de Mello e. Reis do Congo no Brasil, séculos XVIII e XIX. Revista de História da USP nº 152 p. 79-98 1º semestre de 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

WILLIAMS, Raymond. Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: UNESP, 2014.

ZANIRATO, S. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. In Revista de Estudos Avançados, 25 (71). São Paulo : USP. 2011.